

Estratégias de Coerção no Comércio e Origem Imigratória: Uma Análise Exploratória e Comparativa entre Dois Municípios de Imigração Alemã no Estado do Espírito Santo.

Autoria: Vinícius Lordes Dias, André Carlos Busanelli de Aquino, Izabella Frinhani Tessarolo

Resumo

O estudo investiga as estratégias de coerção utilizadas no comércio em dois municípios de colonização alemã do Estado do Espírito Santo, Domingos Martins e Santa Maria de Jetibá. Os dois municípios da análise, embora tenham sido colonizados por alemães, têm origens imigratórias diferentes. Santa Maria de Jetibá teve a colonização dos alemães do norte (Hesse do Reno), os Pomeranos e os de Domingos Martins vieram do centro da Alemanha (Região montanhosa do Hunsrück). Baseados na teoria institucionalista, analisamos alguns aspectos das sociedades coletivista e individualista nestes municípios. Buscamos levantar hipóteses explicativas para a influência das origens imigratórias na escolha das estratégias de coerção no comércio destas comunidades. O estudo aponta diferenças entre as estratégias de coerção no comércio de comunidades com características coletivistas e individualistas, destacando a interação entre os agentes, entre grupos diferentes e interação dos agentes pertencentes a um mesmo grupo. Foi realizada uma análise institucional comparada a partir de triangulação de evidências advindo de estudos de casos naqueles municípios. Foram realizadas entrevistas com respondentes escolhidos aleatoriamente nos municípios a fim de validar as evidências da pesquisa.

1. Introdução

A motivação para o presente estudo decorre da necessidade de se considerar a interação entre agentes de diferentes origens culturais, ao longo do tempo, e os impactos desta interação na economia local. No Brasil, a experiência com movimentos imigratórios teve seu início no século XVIII, tais movimentos tiveram o objetivo de povoamento do território, bem como a proteção do território da colônia, tendo em vista as possíveis invasões a estas terras. O movimento imigratório, sobretudo no período colonial, teve por finalidade estabelecer fortificações militares, para garantia de defesa do imenso litoral e das regiões mais vulneráveis para o estímulo populacional (BITTENCOURT, 2006, P. 218).

A colonização no Estado do Espírito Santo foi patrocinada pelo Regime Imperial com a criação de quatro importantes colônias: Colônia de Santa Isabel, em 1847 com imigrantes alemães; a Colônia de Rio Novo, em 1855; a Colônia de Santa Leopoldina, em 1857 e Colônia de Castelo, em 1880 (NAGAR, 1895, P. 11). Na colônia de Santa Isabel, atualmente a região de Domingos Martins, onde habitaram os imigrantes alemães vindos da região de Hunsrück (Costa do Cachorro), na Prússia, atual Alemanha, região do rio Reno. A colônia de Santa Leopoldina, atualmente Santa Maria de Jetibá, abrigou, nesta fase, imigrantes alemães da região da Pomerânia, litoral norte da Prússia, atualmente território entre a Polônia e a Alemanha.

O objetivo deste estudo é investigar, comparativamente, as estratégias de coerção no comércio entre dois municípios de origem alemã, Domingos Martins e Santa Maria de Jetibá, que possuem culturas diferentes, chamadas aqui de “germânica” e “pomerana”, bem como a influência das origens imigratórias na escolha de tais estratégias, considerando os aspectos das sociedades coletivistas e individualistas (GREIF, 1994) para isso, realizamos uma análise institucional comparada baseada na técnica de triangulação de evidências advindos de estudo de caso. Buscamos evidências em fontes macroeconômicas, bem como entrevistas com sujeitos escolhidos aleatoriamente e informações históricas acerca das origens imigratórias dos dois municípios..

Com base em Greif (1994), buscamos evidências de aspectos de sociedades tipicamente coletivistas e individualistas nas comunidades da análise para o desenvolvimento do estudo. A

partir de estudo de casos comparados entre dois municípios de colonização alemã no estado do Espírito Santo e triangulação de evidências (SCANDURA e WILLIAMS, 2000) e, buscamos responder às seguintes questões: Se as comunidades de imigração alemã tiveram origens imigratórias diferentes, sob aspectos institucionais diferentes, o comércio local utiliza-se de estratégias diferentes para lidar com a interação entre os agentes? Sendo estas estratégias aceitas pelos agentes, por que eles as utilizam? E, como estas estratégias se relacionam com as outras interações sociais na comunidade?

Utilizamos a análise histórica para captar os aspectos institucionais das comunidades de origem imigratória alemã, pois esta análise indica a importância de um elemento específico na formação destas comunidades – as crenças culturais compartilhadas – uma parte do composto institucional da interação dos agentes e que pode afetar a evolução e persistência de diversas organizações sociais (GREIF, 1994). O mesmo autor propõe que se siga um procedimento analítico para tratar com a informação histórica numa abordagem baseada em equilíbrio para as instituições (GREIF, 1998), dada a impossibilidade de se identificar todo o fenômeno institucional como um resultado endógeno, ou seja, emergido em função da interação entre agentes, ao mesmo tempo. No presente estudo, tal interação entre agentes é relacionado como instituição.

Uma das limitações encontradas neste estudo foi a impossibilidade de identificar todo o fenômeno institucional como um resultado advindo da interação dos agentes em períodos históricos diferentes (GREIF, 1994, 1998), ou seja, captar a interação dos agentes acerca da cooperação do início da imigração seria impossível, por isso usamos proxies e evidências. Outra limitação que encontramos foi a impossibilidade de captarmos em ambas as comunidades a assimetria informacional dos agentes cooperativos e não cooperativos.

O estudo está dividido em 5 seções, sendo introdução que apresenta de forma sucinta o tema e os aspectos metodológicos; conceitos estruturantes, onde apresentamos os conceitos que serão tratados no estudo; na terceira seção, metodologia e evidências, apresentamos as evidências coletivistas e individualistas e os aspectos metodológicos; na quarta seção, estratégias identificadas, apresentamos o desenvolvimento do estudo e finalmente, as considerações finais que apontamos sugestões para pesquisas futuras.

2. Conceitos estruturantes

Um grupo de agentes submetidos a um conjunto de regras e convenções pode ser entendido como uma comunidade. Tais regras e convenções, são consideradas instituições que estabilizam a interação entre os agentes de um grupo, não se limitando às transações comerciais. O sistema de regras, crenças, normas e organizações que juntas geram a regularidade dos comportamentos sociais dos agentes são entendidas como instituições (GREIF, p. 30, 2006). Estas instituições são um sistema social de fatores que atuam sobre o comportamento dos agentes de uma comunidade. Assumimos que os agentes são maximizadores de bem-estar (GREIF, 1994; AOKI, 2001), ou seja, têm escolhas para maximizarem o seu próprio bem-estar.

Para Greif (2005) as instituições não seriam as regras em si, mas uma coevolução entre regras e coerção, sustentando a endogeneidade institucional, ou seja, aquelas que surgem das interações básicas entre os agentes. As instituições completam as informações dos outros jogadores, através de regras de conduta. Não são apenas as regras formais que criam instituições, mas as crenças que os indivíduos têm nas mesmas (GREIF, 2005; AOKI, 2001). Por exemplo, o comportamento religioso dos agentes é visto na interação da comunidade como sendo redutor da incerteza (MONTGOMERY, 1996), pois agentes que estando sob o mesmo conjunto de regras podem escolher o relacionamento entre eles para reduzir a incerteza nas transações e promover mecanismos de coerção para os agentes que apresentem comportamentos não aceitos por tal conjunto de regras.

Agentes que estão sob o mesmo conjunto institucional podem ter comportamentos de interação entre si baseados em reputação. Neste aspecto, o comportamento religioso reduz a incerteza das relações para o indivíduo alocar seu tempo e bens entre “*commodities*” religiosas e seculares tanto quanto para maximizar o tempo de vida (atual) e a sua utilidade após a vida (IANNACCONE, 1998).

Para Aoki (2001) e Greif (1994) o homem é racional e maximiza o seu bem estar, seja na forma de relacionamentos na comunidade, seja em transações comerciais. Uma comunidade se caracteriza pelo agrupamento de indivíduos, racionais e maximizadores de bem-estar que são direcionados por normas de condutas sociais e convivendo sob as mesmas condições históricas, geográficas e sociais. Para Greif (2005), os fatores culturais geram um conjunto de regras orgânicas iniciais a uma comunidade, estas regras evoluem para instituições privadas orgânicas e instituições públicas projetadas, tais elementos coexistem e coevoluem com a interação dos agentes. Assumimos que os indivíduos de uma mesma sociedade seguem normas, com o objetivo de ter maior bem-estar agindo desta forma.

As instituições que emergem da interação entre os agentes surgem informais, ou seja, organicamente, tais instituições são conhecidas como “*crenças culturais*” na visão de Greif (1994), estas se mantêm assim, até que sejam substituídas por outras, estas instituições podem influenciar as instituições formais. Para Greif (1994) e North (1990, 1991), as instituições formais são denominadas de “*regras do jogo*”. Assumimos que a base teológica luterana é uma instituição informal orgânica criada a partir da interação dos agentes.

As crenças culturais seriam então a transmissão de valores culturais entre membros de diferentes gerações que convivem durante algum tempo em uma comunidade. A perpetuação e manutenção de tais crenças dependem da interação com as crenças emergentes em uma mesma comunidade. As instituições informais, com o passar do tempo, evoluem e se transformam em um padrão de comportamento, que é costumeiro e autocoercivo. Para Aoki (2001), as regras impostas, formais ou informais, podem deixar de ser aplicáveis ou funcionais. Em ambientes onde as instituições formais são inexistentes ou apresentam significantes lacunas, as instituições privadas emergem da interação entre agentes, com o objetivo de assegurar o *enforcement*¹ (GREIF, 2005).

A interação freqüente entre os agentes leva à cooperação, e os resultados podem motivar os agentes a manterem a cooperação. Tais interações facilitam punições informais para desvios de comportamentos, estas mesmas interações afetam as estratégias de coerção utilizadas pelos agentes na comunidade.

Para Greif (2005), existem dois pilares institucionais, sendo *CEI - coercion-enforcing institutions (enforcement)* e *CCI - coercion-constraining institutions (coerção)*. As instituições de enforcement se ocupam em restringir o comportamento dos agentes e as instituições de coerção ocupam-se em distribuir o poder de coerção entre os diversos agentes presentes na sociedade, fazendo com que as do primeiro pilar sejam cumpridas.

As instituições de *enforcement* impõem restrições aos agentes e são consideradas quando existem possibilidades significativas de penas dadas pelo desvio de comportamento dos agentes, são representadas pelo código, escrito ou não. As instituições de coerção têm a função de garantir a efetividade nos direitos de propriedade e de proteger tais direitos (GREIF, 2005) e são representadas pela efetividade em se fazer cumprir o código. Estas, interagem e co-evoluem direcionando o comportamento dos agentes e suas interações sociais (GREIF, 2005). Desta interação surge um conjunto de crenças compartilhadas, como uma representação resumida das informações sociais que indicam como as coisas funcionam (AOKI, 2001).

As instituições de coerção podem emergir numa comunidade através de ostracismo, um agente da comunidade que desrespeita as regras, é deixado em segundo plano pela comunidade. Este conceito é tratado em Aoki (2001). Por exemplo, um indivíduo inserido em

certa comunidade deixa de cumprir seus pagamentos no comércio local. Ele deixa de ser convidado para festas da comunidade e passa a freqüentar a igreja com a condição de ocupar os últimos assentos.

Os mecanismos de *enforcement* e coerção garantem a efetividade do sistema de regras. Nos primeiros, os interesses individuais são resguardados por valores ou crenças e o ostracismo representa o tipo de punição mais efetivo. Os outros podem ser públicos ou privados. Os interesses individuais são resguardados pela força e as prisões e multas são formas de punição (GREIF, 2005).

As instituições surgem como resposta às necessidades de um grupo ou da sociedade de forma intencional ou espontânea. A forma intencional decorre da ação organizada de agentes legisladores, é a ordem pública ou *public-order*; ou agentes privados, ordem privada projetada ou *designed private-order*; e a forma espontânea decorre da interação natural entre os agentes, a ordem privada orgânica - *organic private-order* (GREIF, 2005). Já as instituições *designed private-order* emergem como resultado da demanda de empreendedores no contexto dos custos percebidos de alterar a estrutura institucional. Finalmente, mudanças nas regras formais podem ser feitas como resultados de mudanças legislativas, *public-order*, que alteram a jurisprudência. Tais instituições ajudam a proteger os direitos de propriedade dos agentes envolvidos.

Os direitos de propriedade determinam como um recurso será usado. Podem assumir várias formas e ser formais ou informais, tácitos ou implícitos, fortes ou fracos (GREIF, 2004). Os agentes de uma comunidade podem escolher proteger seus direitos de propriedade baseados nas crenças culturais, instituições informais que podem garantir certa eficiência na proteção destes direitos. Um agente de uma comunidade pode acionar a terceira parte, ou seja, o conjunto de regras políticas (AOKI, 2001) para resolver problemas de violação dos direitos de propriedade, sendo ele pertencente a uma comunidade cujo conjunto de crenças culturais sejam sólidas nas instituições formais, ou seja, a crença nas instituições que podem garantir os direitos.

Uma comunidade que está sob uma crença cultural baseada na instituição informal, por exemplo, a base teológica, pode ser direcionada para tratar determinados conflitos através de um grupo decisório, clube ou irmandade. Para Iannaccone (1998), a igreja pode ser vista como modelo de clube onde agentes alocam seus direitos de propriedades sobre “*commodities*” religiosos e seculares. Este clube gera em um agente associado uma resposta ótima a uma mudança no “preço” de tal “*commodities*”, por exemplo, abstém-se de algo ou deixa algum grupo não religioso assumindo um padrão ótimo de comportamento (IANNACCONE, 1998).

2.1 Base teológica luterana como instituições informais

Nesta seção trataremos a base teológica luterana como instituição informal, além de alguns aspectos históricos contemporâneos baseados em Weber e aspectos históricos originais baseados em documentos como “A Confissão de Augsburg” e “As 95 Teses” de Martin Lutero. Buscamos evidências nestes documentos para controlar as questões acerca das validades interna e de construto (SCANDURA e WILLIAMS, 2000; JOHNSON, 1997).

As principais instituições informais da base luterana são (i) o código luterano (ii) justificação; (iii) a lei e (iv) a predestinação. A seguir, discutiremos estas instituições, os impactos destas e como funcionam os seus mecanismos de coerção. Tais instituições são consideradas como formas básicas de instituições, Aoki (2001) denomina estas formas de proto-instituições, que seriam “*formas primeiras de instituições*”. Estas instituições surgem de forma simples, através do conjunto de experiência dos agentes com instituições básicas como regras de propriedade e normas sociais (AOKI, 2001), e evoluem para um padrão de comportamento dos agentes, costumeiro e autocoercivo.

Na visão teológica de Lutero, a concepção do divino compartilhada entre os agentes é chamada de lei, tal instituição orienta os agentes a fim de reduzir comportamentos irregulares de outros indivíduos perante o código de conduta compartilhado. Assim como a lei a predestinação, em termos institucionais, é um código de conduta compartilhado, pois é ligada ao entendimento de que para obter a “salvação da alma” os indivíduos aceitariam um desígnio divino, a vontade de Deus em salvar a todos. Este conceito deriva da idéia de vocação profissional em Lutero. Tal idéia preconiza que a vocação é aquilo que o ser humano tem de aceitar como *desígnio* divino, ao qual o homem tem de se “dobrar” (WEBER, p. 77, 2004).

Em Lutero, a inserção dos agentes em profissões “*pré-destinadas*”, é a emanação direta da vontade divina e, portanto, transforma-se em uma obrigação religiosa para o indivíduo permanecer na posição social e nos limites em que Deus os confinou (WEBER, p. 146, 2004). O mecanismo de coerção derivado desta interação institucional é a “auto-coerção”, o juízo de poder não cumprir o desígnio de Deus na vida cotidiana. Este mecanismo de coerção é gerado no agente que estando no mundo material, vê a possibilidade de não usufruir o mundo imaterial adequadamente.

Uma outra interação informal entre os agentes é o conceito de justificação. Tal conceito em Lutero dizia que a Bíblia é o cânon central do Protestantismo, ou seja, a regra geral compartilhada entre agentes sob a mesma base teológica, de onde se inferem as regras especiais. O termo justificação teve sua inspiração nas cartas do apóstolo cristão Paulo. Para tal apóstolo o termo significa a “declaração pessoal” de absolvição de que alguém está em conformidade com a lei (CAVALCANTE, 2001). Apresentamos na tabela 1 as principais instituições e os mecanismos de coerção.

Instituições informais	Definição	Mecanismos de coerção
Fé	Expectativa dos outputs do indivíduo na sensação de segurança, na interação com outros agentes, com o objetivo de maximizar o seu próprio bem estar.	Autocoerção. O indivíduo que, fazendo parte do clube, quebra o contrato, é deixado de lado pelo grupo, ocorrendo assim o ostracismo.
Justificação	Expectativa de maximização atemporal do bem estar do indivíduo orientado por um código de conduta.	Coerção social. Ao infringir os códigos escritos o indivíduo se justifica perante Deus. Entretanto, tal indivíduo sofre afastamento e esquecimento por parte do grupo .
Código de Conduta (código luterano)	Conjuntos de crenças compartilhadas acerca da concepção humana de Deus e dos meios para se alcançá-lo.	Coerção social.Limitação de abusos sociais através de códigos civis e de conduta; E através da lei teológica que desvenda o divino ao homem , tornando o homem seu próprio árbitro.
Predestinação	Expectativa que um agente tem em maximizar o seu bem estar atemporal na vida cotidiana	Autocoerção. A culpa por não poder cumprir o desígnio divino na vida cotidiana.

Tabela 1: Principais instituições informais da base teológica luterana

Fonte: Elaborado pelo autor

Para Greif (1994), nas sociedades coletivistas os indivíduos interagem principalmente com seu grupo e o “*enforcement*” é dado por sanções morais, instituições informais. E nas sociedades individualistas as regras são desenvolvidas de forma a satisfazer o interesse dos agentes, por exemplo os legisladores. As sociedades coletivistas são caracterizadas pela estrutura social “segregada”, no sentido de que cada indivíduo interage individualmente e socialmente, principalmente com membros de um grupo religioso, étnico ou familiar específico (GREIF, 1994). Um aspecto a ser considerado é que o contrato de *enforcement* é

alcançado através de instituições econômicas e sociais informais, e os membros destas sociedades sentem-se envolvidos na vida de outros membros desta sociedade.

Nas sociedades individualistas a estrutura social é integrada, no sentido de que as transações econômicas são conduzidas entre pessoas de diferentes grupos e os indivíduos mudam freqüentemente de um grupo para outro (GREIF, 1994), este tipo de comportamento requer cuidados de proteção na interação entre agentes. O contrato de *enforcement* é alcançado principalmente através de organizações especializadas como a *côrte*. Os aspectos históricos suportam a idéia de que o sistema social de crenças e regras compartilhadas pode influenciar e regularizar o comportamento dos agentes de uma comunidade.

3. Metodologia e Evidências

Realizamos uma análise exploratória e comparativa entre dois municípios de colonização alemã no estado do Espírito Santo através de estudos de casos comparados. Tais comunidades alemãs possuem formação cultural diferentes - “germânica” e “pomerana”. Inicialmente realizamos uma revisão de literatura baseada nos trabalhos de Greif (1994) “*Cultural Beliefs and the Organization of Society: A Historical and Theoretical Reflection on Collectivist and Individualist Societies*” publicado no Journal of Political Economy e “*Historical and Comparative Institutional Analysis*” publicado em 1998 na The American Economic Review e em Aoki (2001) *Toward a Comparative Institutional Analysis*, publicado pelo MIT Press. Nesta etapa, ainda foi realizada uma revisão da literatura pertinente a historiografia do Espírito Santo, para se encontrar dados e evidências.

No segundo momento, realizamos um recorte nas comunidades que tiveram os aspectos históricos de imigração semelhantes, a fim de controlarmos os efeitos ao longo do período histórico. Estas comunidades são Domingos Martins e Santa Maria de Jetibá. Baseados em Rölke (1996) e Santos et al. (1992) chegamos ao contexto histórico das regiões alemãs que originalmente imigraram para o Espírito Santo. Após a revisão deste contexto observamos nas comunidades a classificação dominador e dominado, tendo Domingos Martins e Santa Maria de Jetibá tais características, respectivamente.

Inicialmente inspirado em Aoki (2001), no caso da irrigação dos campos de arroz, na vila de Tokugawa, Japão no período entre 1603 a 1867 onde aconteciam dois domínios de jogos simultâneos e interligados, o jogo da irrigação e o “social”. O jogo é composto por N jogadores, jogando um jogo comum, chamado “jogo da irrigação”, onde os agentes transacionam um bem comum a toda a comunidade. E um jogo simultâneo de intercâmbio social na comunidade sobre um número infinito de tempo.

No domínio do jogo da irrigação dos campos de arroz, os agentes participantes têm a opção de escolher os mesmos conjuntos de estratégias {cooperar ou gazetear a cooperação} nas tarefas coletivas de construção, manutenção e uso do sistema de irrigação. O domínio irrigação está interligado como o domínio social, portanto, os agentes que não cooperam na comunidade sofrem sanções da mesma. O tipo de sanção que as famílias que não cooperam é o ostracismo, podendo esta família ser excluída do convívio social. O domínio intercâmbio é jogado repetidamente e ao início de cada estágio de jogo qualquer família pode ser excluída, por outras famílias, de participar da produção e consumo dos bens sociais (AOKI, 2001).

Propomos dois domínios de jogos que acontecem simultaneamente. O domínio comércio e o domínio social. Levaremos em consideração, em ambos os domínios, o conjunto institucional dos agentes. O desenvolvimento do conjunto institucional está próximo de um jogo em equilíbrio onde as regras influenciam a atuação dos jogadores e estes geram demandas para novas regras (Aoki, 2001). Neste aspecto, consideramos o efeito de crenças compartilhadas passadas entre gerações. No comércio, os agentes que transacionam escolhem entre as estratégias {pagar ou não pagar}, assumimos que as escolhas dos agentes são racionais.

Buscamos as bases na análise histórica pela compreensão sobre a construção, transformação e incorporação dos valores e das ações do homem ao longo do tempo. Tal forma de análise permite resgatar as trajetórias de indivíduos, organizações e movimentos, reduzir a distância entre o discurso e a prática e, não se limitando à narrativa de acontecimentos, pressupõe sua análise e interpretação (GOODMAN e KRUGER, 1988). Apresentamos a seguir, uma idéia de jogo simultâneo no comércio de uma comunidade.

As evidências são baseadas em três fontes distintas (i) entrevistas, (ii) observação não participante e (iii) dados estatísticos secundários da população. Os informantes foram escolhidos aleatoriamente nos municípios para podermos ter uma interpretação dos respondentes sobre as questões relacionadas ao fenômeno. Buscamos, assim, fazer uso da triangulação de técnicas de pesquisa com o objetivo de aumentar a amplitude na descrição, explicação e compreensão do fenômeno em estudo (SNAPE e SPENCER, 2003. p. 21).

Realizamos uma fase exploratória nas comunidades, a partir de um roteiro de questões semi-estruturado para serem respondidas pelos agentes. Buscamos agentes, aleatoriamente escolhidos, que estivessem no comércio e se denominassem luteranos, a fim de captarmos as estratégias de coerção no comércio sustentadas pelas origens imigratórias e institucionais, levando em consideração aspectos históricos das comunidades da análise. Utilizamos a estrutura de análise exploratória, devido à carência de estudos que relacionem as origens imigratórias alemãs à atividade econômica do comércio. A etapa exploratória teve como objetivo alcançar uma aproximação inicial à atividade econômica, conhecer o território a ser estudado, formar uma idéia inicial dos principais atores na região e das fontes de dados disponíveis.

Posteriormente realizamos uma pesquisa descritiva, na qual foram empregadas as estratégias da historiografia e do estudo de casos múltiplos. A pesquisa de campo foi norteada pelo intuito de observar a escolha de proteção dos direitos de propriedade dos agentes tendo como suporte os conceitos estruturantes previamente expostos.

Após a fase exploratória realizamos entrevistas com 62 agentes nas comunidades, utilizando um outro roteiro de questões estruturadas, tal roteiro nos serviu de orientação e tinha como objetivo captar nas respostas dos agentes evidências que pudessem mostrar os aspectos de sociedades coletivistas e individualistas, bem como os aspectos institucionais compartilhados entre eles. Os respondentes foram selecionados aleatoriamente, estando sob o mesmo conjunto de regras, a fé luterana. O questionário foi desenvolvido com o objetivo de simular a realidade dos agentes respondentes para captar efeitos propostos pelo contexto institucional. Após as entrevistas serem transcritas foi realizada análise de conteúdo das mesmas.

A análise de conteúdo foi inspirada em Bardin (2004). Após a transcrição das entrevistas, posicionamos os respondentes em pares por exercerem as mesmas funções profissionais na comunidade (por exemplo, comerciante, comerciário, estoquista, estudante, dona de casa) com o objetivo de captar a percepção dos agentes quanto às crenças compartilhadas ao longo do tempo e as estratégias de coerção utilizadas no comércio de ambas as comunidades.

Inspiramo-nos em Greif (2004) para construirmos a questão problema deste trabalho: Se as comunidades de imigração alemã tiveram origens imigratórias diferentes, e os agentes estavam sob aspectos institucionais diferentes perguntamos se o comércio local utiliza-se de estratégias diferentes para lidar com a interação entre os agentes? E como estas estratégias se relacionam com as outras interações sociais na comunidade?

Os imigrantes alemães que chegaram ao Espírito Santo foram originários de duas áreas diferentes, uma parte dos imigrantes veio da região do Hunsrück, na Prússia com formação montanhosa alta, instalaram-se no local que atualmente chama-se Domingos Martins. A outra parte veio do Norte, da região do Hesse, parte litorânea com formação montanhosa baixa, instalando-se no local atualmente chamado de Santa Maria de Jetibá, estes alemães eram originários da Pomerânia, portanto de cultura pomerana. Ambos os imigrantes chegaram

motivados pelo governo que tinha o objetivo de povoar e proteger o território da Capitania do Espírito Santo, vieram em dois momentos distintos 1847 e 1873 respectivamente.

Alguns registros históricos indicam que as crenças culturais podem ter influenciado as escolhas dos agentes de ambas as comunidades tanto quanto eventos sociais e políticos. Um dos indícios primários de crenças compartilhadas de influencia sobre as escolhas dos agentes seria a orientação dos agentes quanto aos códigos de conduta, neste aspecto os alemães “germânicos” chegaram ao Espírito Santo entre católicos e luteranos, como mostra a tabela 8. Entretanto, entre os alemães “pomeranos” os agentes estavam sob o código luterano.

Um aspecto de herança ainda observado entre os alemães “pomeranos” é que eles mantêm a língua pomerana falada entre eles no convívio cotidiano, entretanto este aspecto tem sofrido mudanças por causa da geração. Observamos na fase exploratória da pesquisa que os alemães pomeranos tentam proteger-se dos “estrangeiros” com o dialeto falado entre os pares.

Os imigrantes alemães que chegaram para a atual região de Domingos Martins originalmente chegaram em número de 39 famílias, sendo 160 pessoas aproximadamente. Destas famílias, 23 estavam sob o código de conduta católica e as 16 famílias restantes estavam sob a orientação do código luterano. Os imigrantes alemães que povoaram a região que atualmente chama-se Santa Maria de Jetibá estavam todos sob a orientação do código luterano. A tabela 2 apresenta alguns dados comparativos entre as duas comunidades.

	Domingos Martins	Santa Maria de Jetibá
Imigrantes ¹	Alemães	Alemães (Pomeranos)
Número de Imigrantes que chegaram na capitania ³	39 famílias prussianas (aproximadamente 160 pessoas)	1467 pessoas ²
Orientação religiosa na imigração ³	Católica / Luterana (23 católicas e 16 famílias luteranas)	Luterana
Ano de Início da Imigração ¹	1847	1872 e 1873
Região de Origem ³	Região montanhosa do Hunsrück, na Prússia, região do rio Reno	Hesse do Reno
Nome do Distrito ²	Santa Isabel	Santa Leopoldina
Nome do Município a que pertencia ¹	Vianna	Cachoeiro de Santa Leopoldina
Número de Estabelecimentos rurais no recenseamento de 1920 ²	1448	1746
População no município em 1890 ⁴	5.141	1.800
Base Econômica antes de 1840 ¹	Cana de açúcar	Cana de açúcar
Base Econômica a partir de 1840 ¹	Café	Café

¹ Enciclopédia dos Municípios, IBGE, 1956.

² Recenseamento de 1920, IBGE.

³ Santos et. al, 1992

⁴ Recenseamento de 1890. IBGE.

Tabela 2: Dados Comparativos entre os municípios

Fonte: Elaborado pelo autor

3.1 Aspectos Individualistas: Domingos Martins

A primeira colônia de imigração a ser criada no território do Espírito Santo foi a Colônia de Santa Isabel, fundada em 1847. Os imigrantes vindos para o Espírito Santo eram de origem alemã, da região de Hunsrück (Costa do Cachorro), na Prússia, atual Alemanha, região do rio Reno, região de grandes formações montanhosas. Este aspecto geográfico pode indicar a escolha dos agentes, em Domingos Martins, para uma região montanhosa de vales e altas formações rochosas, entretanto com extensão maior entre as montanhas.

Chegaram a um local chamado Cuité, entre os rios Jacu e Braço Sul, com o objetivo de cultivar e povoar a terra. Neste lugar instalaram-se 47 famílias de imigrantes alemães, totalizando 163 pessoas (IBGE, 1956). Predominantemente os imigrantes professavam a fé

católica, entretanto, no movimento imigratório chegaram também famílias luteranas para esta colônia. Como mostrado na tabela 2. O sustento destes colonos era a família e suas comunidades, sobretudo a comunidade religiosa. Inicialmente havia entre os colonos cooperação, independente de religião. Entretanto, por volta de 1856 houve desentendimentos entre católicos e luteranos, pois o pastor luterano não aceitava o batismo feito pelo padre católico (SANTOS et, al, p.28, 1992). Este problema foi resolvido após ser levado ao conhecimento do Governo Imperial e da ordem.

Outro evento que mostra a interação entre os agentes orientados por códigos católicos e luteranos foi a construção da torre da igreja de Domingos Martins. A comunidade luterana encomendou três sinos e quando estes chegaram não era possível levá-los até o município por causa do peso. Os luteranos pediram a um fazendeiro católico para emprestar o carro de boi para levarem os sinos (SANTOS et, al, p.26, 1992). Uma evidência da interação dos agentes orientados por códigos católicos e luteranos foi a construção da primeira capela, que foi construída para realização de cultos das duas religiões, construídos pelos leigos (SANTOS, P. 21, 1992)

3.2 Aspectos Coletivistas: Santa Maria de Jetibá

No ano de 1867 chegaram ao Espírito Santo os primeiros colonos suíços, em número de 60, que instalaram a sede da colônia dentro da área demarcada, às margens do rio Santa Maria da Vitória, lugar ainda hoje denominado Suíça, em homenagem a esses imigrantes. A colônia, então, passou a ser considerada Colônia de Santa Maria. Os pomeranos, entretanto, constituíram a maioria, entre os imigrantes que vieram para Santa Leopoldina, entre 1857, data de chegada dos primeiros colonos e 1877, data que se identifica como o fim da Imigração Alemã. (IBGE, 1956). Os pomeranos vieram da região norte da Alemanha que ficava situada entre a Alemanha Ocidental e a Polônia, fazia parte da Alemanha desde o ano de 1200 (SANTOS et, al, p.39, 1992). Entretanto, dois terços deste território foram anexados à Polônia e a outra parte ficou vinculado a Alemanha.

Os alemães “pomeranos” que chegaram aqui estavam sob o código de conduta luterano, chegaram na Colônia de Santa Leopoldina e migraram para um lugar acima desta colônia, este lugar estava entre vales e vegetação fechada, onde atualmente é o município de Santa Maria de Jetibá. Esta pode ser uma evidência de que os agentes, por causa da herança histórica, se protegeram do invasor. Uma outra evidência pode ser vista na manutenção da língua pomerana que é uma língua não escrita, somente falada entre os pares.

Estes dois aspectos citados anteriormente são validados na definição de Greif (1994) a respeito da característica da sociedade coletivista. Neste tipo de sociedade os agentes interagem principalmente com seu grupo e os contratos *enforcement* são dados por sanções morais, instituições informais (GREIF, 1994). A estrutura desta sociedade é chamada de “segregada” pois agentes interagem individualmente e socialmente, sobretudo com membros de um grupo religioso, étnico ou familiar específico (GREIF, 1994).

Os aspectos de interação entre agentes que compartilham do mesmo código de conduta são apresentados na tabela 3, acerca dos dados comparativos de religião entre as duas comunidades.

Município	Religião	
Domingos Martins	Católica apostólica romana	17163
	Igreja evangélica de confissão luterana	10563
	Outras religiões evangélicas	79
	Outras religiões/ Sem religião	2754
	Total da população do município	30559
Santa Maria de Jetibá	Religião	
	Católica apostólica romana	5865
	Igreja evangélica de confissão luterana	20812
	Outras religiões evangélicas	831
	Outras religiões/ Sem religião	1266
Total da população do município	28774	

Tabela 3: Dados Comparativos de Religião em Domingos Martins e Santa Maria de Jetibá

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2000.

4 Estratégias Identificadas

Os alemães “pomeranos” e “germânicos” tiveram origens imigratórias diferentes, vindos do norte e do sul respectivamente, estavam sob conjuntos institucionais semelhantes, entretanto neste conjunto institucional havia interações diferentes. Para captarmos reflexos das escolhas dos agentes e as interações nas comunidades, buscamos evidências nas comunidades através de entrevistas com pessoas que se denominaram luteranos que atuam profissionalmente no comércio e pessoas que não atuam profissionalmente no comércio, para podermos captar as nuances dos jogos que aconteciam simultaneamente na sociedade e no comércio das duas comunidades.

No primeiro momento, ainda na fase exploratória da pesquisa, entrevistamos 7 agentes do comércio de Santa Maria de Jetibá afim de levantarmos algumas evidências a respeito das estratégias de coerção no comércio sustentado pelas origens imigratórias. Utilizamos um roteiro de questões semi-estruturado para orientar-nos acerca das perguntas dirigidas aos agentes, este roteiro foi aplicado nas duas comunidades da análise. Observamos na comunidade uma “rede de informações” entre os comerciantes locais. Um dos agentes entrevistados disse “...quando a gente não recebe a gente se comunica entre a gente...” Outro respondente disse “...a gente perdia o controle, mas deixava o mal pagador de lado e a gente se comunicava com os outros comerciantes sobre ele”. Os agentes do comércio de Santa Maria de Jetibá interagem entre si a fim de diminuir custos de informações acerca dos compradores, “...a população conhecia todo mundo... havia uma comunicação entre os comerciantes... Hoje a gente continua se comunicando mas o comércio evoluiu...” Esta “rede” não é formal, embora haja a presença de órgãos oficiais para informações sobre o crédito, os agentes interagem com o objetivo de diminuir a assimetria de informação entre agentes comerciantes e compradores. Observamos, no jogo do comércio a interação de cooperação entre os agentes desta comunidade afim de coibir o comportamento dos agentes não cooperativos.

Durante algum tempo os comerciantes de Santa Maria de Jetibá faziam transações comerciais com a “moeda” caderneta, como um dos entrevistados disse “...Cadernetinha era moeda corrente no comércio...”. Ou seja, os agentes compradores tinham crédito nos comércios e pagavam suas contas ao final do período da colheita de café. A prática de uma “moeda paralela” ainda permanece nesta comunidade, entretanto ela assume outras formas como nota promissória, cartão de crédito do banco cooperativo e crediário. Notamos a presença de transações com esta “moeda” baseada na reputação dos agentes compradores como aponta um agente comerciante “A gente usa a caderneta com cliente que começou com a gente ... porque se fizer boleto ou cadastro ele se sente ofendido... claro, os bons clientes”. Quando

perguntado sobre o uso de cartão de crédito este mesmo agente disse “...quase ninguém tem cartão de crédito não compensa o aluguel de outra bandeira porque é de três em três meses (o uso)... a gente usa dinheiro ou cheque e ainda faz a cadernetinha com alguns clientes...”. Um agente comerciante entrevistado quando perguntado se ainda usava caderneta ou alguma outra forma de promissória disse “A gente usava caderneta, depois passamos para crediário... Todo mundo se conhecia e a gente usava o caderninho, nem precisava assinar nota... O prazo era quando a gente queria...”.

Quando os agentes comerciantes eram perguntados sobre o que acontecia com o agente comprador que não honrava com os compromissos de pagamento, observamos que havia um certo tratamento social com estes, como aponta um dos entrevistados “...O cliente era mal visto na sociedade... Isso acontecia mas tinha muito cara-de-pau que ia pra festa com a roupa que a gente vendeu e ainda falava mal da gente...” outro entrevistado destaca que mesmo havendo uma interação entre os agentes, como a amizade, havia a comunicação no comércio e o agente que não pagava era deixado de fora do grupo. Quando perguntado se o agente que não pagava as contas era deixado de lado disse “...Infelizmente ele fica mal visto, se ele deve a mim provavelmente ele deve ao comércio inteiro. A gente tem clientes que devem a gente, e a gente continua amigo, mas o crédito acabou...” Um dos respondentes quando perguntado sobre se a comunidade excluía o agente que não pagava no comércio chamou a atenção para o código de conduta luterano, “...Na igreja (luterana) não vejo discriminação porque a igreja não sabe... a igreja não se importa, no comércio tem discriminação a gente sabe pela comunicação, numa festa na igreja ela não é discriminada, mas é mal vista...”. Estas podem ser evidências das estratégias de coerção no comércio utilizadas nesta comunidade com os agentes não cooperativos, como em Aoki (2001) no jogo da irrigação.

Na comunidade de Domingos Martins, ainda na fase exploratória, entrevistamos 5 agentes, sendo 2 comerciantes e o restante não-comerciantes, com o objetivo de levantarmos evidências a respeito da coerção no comércio local. Utilizamos o mesmo roteiro de questões para orientar as perguntas.

No comércio de Domingos Martins, notamos a presença de transações feitas com a caderneta no passado, entretanto hoje ainda há transações realizadas com esta “moeda” mas são feitas só para agentes chamados “de confiança” pelos comerciantes, notamos a presença da reputação dos agentes no comércio, um dos respondentes disse “...Quem não cumpre a palavra quebra uma regra...” Outro respondente não comerciante disse “...o estranho pode trazer outras culturas...” indicando a presença de evolução nas relações do comércio, ou seja, antes era com a caderneta e hoje este tipo de transação só é feita entre agentes da própria comunidade.

Na comunidade de Domingos Martins os comerciantes têm o serviço de proteção ao crédito como fonte principal de consulta a respeito dos agentes compradores, é possível observar o número de estabelecimentos comerciais com bandeiras de cartões de crédito, indicio de proteção do comércio. Diferentemente da comunidade de Santa Maria de Jetibá que mantém uma “rede informal de informação”. Esta rede em Domingos Martins existe porém não ficaram explícitas nas entrevistas. Entretanto, quando perguntados sobre como a comunidade trata os agentes que não pagam um agente comerciante disse: “...Se ele não paga no comércio é porque ele já está devendo em outros lugares, trata os outros mal e não paga a quem deve...” Outro entrevistado não comerciante disse “Se ele no comércio não paga já deve tá devendo na igreja... e em outros lugares... ele já é manjado... com esse comportamento ele fica manjado... fica mal visto na comunidade...”

Na comunidade de Domingos Martins, quando os agentes eram perguntados sobre as formas de coerção utilizadas no comércio e na comunidade observamos mecanismos como a coerção social do agente mal pagador, um dos entrevistados não-comerciante disse “...aconteceu aqui um caso em que Fulano foi ‘desmoralizado’ na frente de todo mundo no comércio... o dono

disse *'eu não vou te vender porque você está devendo, você está desacreditado'...* *'Não venda pra fulano que fulano está devendo na outra loja'...*". A coerção social era mais explícita no passado, como aponta um entrevistado *"...Na igreja já foi assim... os que não pagavam sentavam nas últimas filas da igreja... Isso já foi assim... quem tava devendo podia ser deixado fora da comunidade..."*, entretanto, hoje os entrevistados não explicitaram.

Nas sociedades coletivistas da interação entre os agentes emergem regras e normas de conduta que geram mecanismos de coerção do grupo envolvido, esta característica pode ser devida a interação dos agentes em grupos específicos. Entretanto, nas sociedades individualistas a coerção é feita, geralmente, utilizando uma terceira parte, neste caso a côrte, devido ao relacionamento dos agentes entre grupos distintos. Apresentamos na tabela 9 o número de templos de orientação religiosa encontradas nas duas comunidades, como evidência de relacionamentos dos agentes entre grupos distintos

Após a fase exploratória da pesquisa, realizamos 2 visitas ao município de Santa Maria de Jetibá e 2 em Domingos Martins com o objetivo de entrevistar agentes sob o código de conduta luterano, com atividades profissionais no comércio e fora do comércio para podermos captar a interação dos agentes na sociedade e os mecanismos de coerção utilizados por eles. Foram entrevistados 62 agentes, sendo 31 em cada uma das comunidades. Utilizamos um roteiro de questões estruturadas, tais questões foram desenvolvidas com objetivo de caracterizar um experimento onde os agentes respondentes eram questionados sobre "o que fazer no caso se determinada coisa acontecesse hoje", o objetivo destas entrevistas era encontrar evidências sobre a interação dos agentes nas sociedades coletivistas e individualistas. Após as entrevistas foi realizada a transcrição do conteúdo e análise dos dados. Observamos na resposta de alguns agentes da comunidade de Santa Maria de Jetibá a presença de resolução dos problemas na comunidade através da negociação. Entretanto, na comunidade de Domingos Martins quando perguntados sobre resolução de problemas de direitos de propriedade os agentes alemães "germânicos" foram unânimes em responder que acionariam a justiça.

Quando perguntado sobre a possibilidade de um imóvel de sua posse ser invadido um agente não-comerciante de Santa Maria de Jetibá disse *"...Eu acho que daria para negociar. Se houvesse a necessidade de eu ceder um pedaço da minha terra, eu cederia... Se fosse família necessitada, eu cederia um espaço para trabalhar..."* Outro agente disse, a respeito da mesma questão *"...Bom, eu ficaria entrando em acordo, eu ficaria conversando com essas pessoas. Procuraria (advogado) porque seria legal, sabe, de uma forma a gente se entender como pessoas. Estaria conversando, mostrando o que é meu de direito e o que é direito deles, as pessoas que estariam invadindo também..."* Um pequeno empresário desta comunidade disse *"...Eu tentaria entrar em acordo com as pessoas que invadiram ou, sei lá, de repente, ceder uma parte. Não falo ceder tudo, né?!..."* Um agente comerciante respondeu *"...Se eu tivesse, assim, um tanto que daria para dividir, tudo bem. Até poderia ceder um pouco, se tivesse muito. Mas como, se eu tivesse pouco, então não..."*. Observamos nesta comunidade que não houve unanimidade quanto a acionar a justiça, ou seja, a terceira parte como na comunidade dos alemães "germânicos". Pudemos observar na comunidade dos alemães "pomeranos" a descrença na instituição pública, um agente respondente que atua no comércio, quando perguntada se procuraria algum advogado para resolução de problemas de propriedade disse *"...Isso eu também iria. Mas só que no Brasil não resolve muita coisa não..."* Apontando para evidências de que as instituições privadas têm papel na interação entre os agentes daquela comunidade.

As questões foram elaboradas a fim de captar a influência da instituição informal – código luterano - nas estratégias de coerção dos agentes na comunidade. A tabela 4 mostra o percentual das principais respostas dos entrevistados nas comunidades.

	Domingos Martins	%	Santa Maria de Jetibá	%
Respostas				
Acionariam a justiça	23	74	12	38
Usaria poder de polícia	2	6	1	2,5
Utilizaria a força	1	2,5	3	9,5
Negociariam/Partilhariam	1	2,5	6	21
Não responderam	3	9	4	13
Não está claro na resposta	2	6	5	16
Entrevistados	31	100	31	100

Tabela 4: Percentual das respostas nas comunidades

Fonte: Elaborado pelo autor

Após a análise feita com base nas transcrições observamos que o que diferenciava as respostas dos agentes alemães “germânicos” dos alemães “pomeranos” eram as formas de proteção de um bem imóvel e as estratégias de coerção escolhidas pelos agentes das comunidades a fim de se protegerem.

5. Considerações finais

Buscamos investigar, através de uma análise institucional comparada, a influência das origens imigratórias nas estratégias de coerção utilizadas no comércio dos municípios de Domingos Martins e Santa Maria de Jetibá. Assumimos que os agentes destas comunidades são maximizadores de bem-estar nas comunidades. Consideramos que as estratégias utilizadas derivam das características de sociedades coletivistas e individualistas, sendo Domingos Martins com características individualistas e Santa Maria de Jetibá com características coletivistas, pela forma com que estas comunidades tratam seus mecanismos de coerção.

Observamos, sob aspectos institucionais, que a comunidade de Santa Maria de Jetibá e Domingos Martins tiveram interações entre códigos de conduta católicos e luteranos, entretanto, em Santa Maria de Jetibá observamos maior interação entre os agentes sob o código de conduta luterano ao longo do tempo. Na comunidade de Domingos Martins os agentes interagiram entre grupos diferentes, ou seja, entre códigos de conduta luterano e católico.

Encontramos evidências de que as origens imigratórias impactam o composto institucional e determinam a interação dos agentes nas comunidades. Em Domingos Martins descaracteriza a necessidade de cooperação na zona rural, as propriedades contam com seus próprios recursos, os agentes do município de Santa Maria de Jetibá precisaram cooperar mais ao longo do tempo, os agentes comerciantes se conhecem e têm uma rede de comunicação informal, passando por cima até de questões familiares. Em Domingos Martins, observamos menos cooperação no comércio, embora haja um órgão que regularize questões de crédito, a rede entre comerciantes não é explícita, pode ser um indício de proteção entre os agentes do comércio para com “os estrangeiros”. Num determinado momento histórico os agentes de Santa Maria de Jetibá tiveram que cooperar mais, quando chegaram no ES, trazendo as lembranças da Pomerânia, lembradas até hoje. Em Domingos Martins a cooperação é lembrada, bem como o ecumenismo entre católicos e luteranos, o que caracteriza um aspecto de organização social individualista.

Verificamos que no domínio social, a interação das regras da comunidade com as estratégias do jogo no comércio tem influências dos aspectos coletivistas em Santa Maria de Jetibá, e individualistas em Domingos Martins. Os aspectos de crenças compartilhadas ao longo das gerações (GREIF, 1994; AOKI, 2001). Tais crenças são tratadas como a base teológica predominante nas comunidades.

A interação de grupos orientados por compostos institucionais diferentes caracteriza uma sociedade individualista que pudemos observar no município de Domingos Martins. Pudemos observar em Domingos Martins que historicamente a maioria era católica e misturou-se com os luteranos ao chegarem no Espírito Santo. Entretanto, Santa Maria de Jetibá era, na sua

maioria, formada por agentes luteranos que interagiam entre si logo, compartilhando as mesmas regras de condutas os agentes resolviam seus problemas entre eles.

Observamos que nas sociedades coletivistas os agentes, quando não se comportam de forma honesta, tem seu convívio na sociedade restrito, podendo freqüentar festas e outras reuniões sociais porém é mal visto, por causa da rede informal de comunicação, os agentes não-honestos são conhecidos por todos os comerciantes e deixam de ter crédito.

Na sociedade individualista houve um tempo em que o comércio tinha estratégias de coerção severas, entretanto, hoje, com a interação dos agentes alemães com outros agentes, houve uma evolução das estratégias de coerção no comércio. Os agentes alemães “germânicos” tendem a acionar a justiça (terceira-parte) com o objetivo de solucionar problemas relacionados ao comércio e ao agente mal pagador.

Uma hipótese alternativa a ser considerada é o aspecto geográfico. Domingos Martins está às margens da BR-262, que liga o Estado do Espírito Santo ao Estado de Minas Gerais e Santa Maria de Jetibá está localizada na região centro-oeste do Espírito Santo, numa rehgião entre vales e mata densa.

Sugerimos, além da minimização das limitações já apontadas, que outros estudos testem a influência das origens imigratórias no consumo dos agentes destas comunidades, bem como a ampliação deste estudo para uma comparação institucional de origens imigratórias diferentes da alemã, por exemplo, a origem imigratória italiana, levando em consideração aspectos históricos, relevo, clima e geografia. Sugerimos ainda um estudo que verifique, a partir de dados agregados bancários, o comportamento de crédito e poupança dos agentes considerando as crenças compartilhadas entre os agentes. Como sugestão para pesquisas futuras, ressaltamos a importância de expandirmos a análise para outros estados do Brasil de colonização alemã (germânica e pomerana) como forma de aumentar a validade externa do trabalho.

Referências

- AOKI, Masahiko. *Toward a Comparative Institutional Analysis*. MIT Press. 2001.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004. 223 p
- BITTENCOURT, Gabriel. *História Geral e Econômica do Espírito Santo – Do engenho colônia ao complexo fabril-portuário*. Multiplicidade. Vitória, 2006.
- CAVALCANTE, Ronaldo. *A Doutrina da Justificação pela fé – Um exercício de diálogo teológico bilateral*. Fides Reformata, 2001
- GOODMAN, R. S.; KRUGER, E. J.. Data dredging or legitimate research method? Historiography and its potential for management research. *The Academy of Management Review*, v. 13, n. 2, p. 315-325, Apr. 1988.
- GREIF, Avner. *Cultural Beliefs and the Organization of Society: a historical and theoretical reflection on collectivist and individualist societies*. The Journal of Political Economy. 102:912-950, 1994.
- GREIF, Avner. *Historical and Comparative Institutional Analysis*. The American Economic Review. 88:80-84, 1998.
- GREIF, Avner. *Commitment, Coercion, and Markets: the nature and dynamics of institutions supporting exchange*. In Ménard and Shirley (eds.), Handbook of New Institutions Economics. Norwell, MA: Kluwer Academic Publishers, 727-786, 2005.
- GREIF, Avner. *Institutions and the Path to the Modern Economy – Lessons from Medieval Trade*, University Press, Cambridge, 2006
- IANNACCONE, Laurence. *Introduction to the Economics of Religion*. Journal of Economic Literature, Vol. XXXVI, 1998.
- IBGE, *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. 1956

- MONTGOMERY, **Contemplations on the Economic Approach to Religious Behavior**. *The American Economic Review*, Vol. 86, No. 2, Papers and Proceedings of the Hundredth and Eighth Annual Meeting of the American Economic Association San Francisco, 1996. (May, 1996), pp. 443-447.
- NAGAR, Carlo. **O Espírito Santo e a Imigração Italiana**, 1895. Arquivo Público Estadual, Espírito Santo.
- NORTH, Douglas C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge, 1990.
- NORTH, Douglas C. **Institutions**. *Journal of Economic Perspectives*. 05: 97-112, 1991.
- RÖLKE, Helman Reinhard. **Descobrimos Raízes Aspectos Geográficos, Históricos e Culturais da Pomerânia**. Vitória, UFES. 1996
- SANTOS, Ezequiel S.; KILL, Miguel A.; BIGOSSO, Rutiléa; MURARI, Jonas B. **História, Geografia e Organização Social e Política do Município de Domingos Martins**. Brasília Editora. Vitória, 1992
- SCANDURA, Terri A; WILLIAMS, Ethlyn A **Research methodology in management: Current practices, trends, and implications for future researchs**. *Academy of Management Journal*; pg. 1248-1264. 2000.
- SNAPE, D., SPENCER, L. The foundations of qualitative research. In: RITCHIE, J., LEWIS, J. **Qualitative research practice: a guide for social science students and researchers**. London: Sage Publications, 2003.
- WEBER, Max. **A ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**, Cia das Letras, São Paulo, 2004.

¹ Este termo parece não ter tradução literal. Uma tradução mais aproximada seria “aplicação de uma lei ou norma”. Utilizaremos aqui o conceito de Greif (2005) que define *enforcement* como um conjunto de regras escritas ou não, que dependem de mecanismos de coerção para que sejam cumpridas. Desta forma, por considerar que tradução do termo não transmite a ênfase que procuramos dar à palavra, manteremos o termo em inglês do decorrer do trabalho.